



Capítulo 10

Comitê da Suinocultura da Região da AMAUC: a trajetória do TAC da suinocultura

Cláudio Rocha de Miranda
Elcio de Oliveira da Silva
Gentil Bonez
Letícia Paludo Vargas
Julio Cesar Pascale Palhares

Resumo

O trabalho de adequação ambiental dos suinocultores da Região da AMAUC/Consórcio Lambari, desenvolvido pelo Comitê Regional da Suinocultura da Região do Alto Uruguai Catarinense apresenta um caso bem sucedido de um projeto de intervenção na área ambiental. Essa experiência destaca-se por uma série de aspectos, entre os quais envolver cerca de três mil suinocultores, adotar uma abordagem participativa, envolver entidades públicas, privadas e do terceiro setor e perdurar por mais de oito anos ininterruptos de atividades e abrir espaço para vincular os problemas ambientais com as questões socioeconômicas que afetam a atividade rural.

Palavras-chave: participação, produção de suínos, desenvolvimento regional.

Apresentação

A suinocultura, devido à sua capacidade de produzir grande quantidade de proteína em reduzido espaço físico e curto espaço de tempo, quando comparada a outras espécies animais, representa para os agricultores familiares da região Oeste catarinense uma atividade extremamente importante. Além de agregar valor aos grãos produzidos na propriedade, permite uma ocupação mais intensa da mão-de-obra familiar e um fluxo de recursos mais estável para as famílias.

No entanto, a partir da década de 80, devido às diversas mudanças no perfil técnico-produtivo da cadeia suinícola, ocorreu uma forte redução nas margens de lucro da atividade e os produtores foram obrigados a aumentar a escala de seus plantéis, gerando desequilíbrio no balanço entre a capacidade interna de produção de grãos e a necessidade de consumo dos animais (TESTA et al., 1996).

A intensificação da produção provocou uma forte pressão sobre os recursos naturais, principalmente sobre a água, haja vista que não existe área suficiente para deposição dos dejetos.

O estado de Santa Catarina conta com um plantel de aproximadamente 5,4 milhões de cabeças e produz diariamente um volume de aproximadamente 40 mil m³ de dejetos. Grande parte destes é lançada no meio ambiente, sem nenhuma espécie de tratamento prévio, provocando a poluição das águas, solo e ar. Somente na região Oeste estima-se que suinocultura produza diariamente cerca de 30 mil m³ de dejetos que, quando não adequadamente reciclados ou tratados, tornam-se fontes potenciais de poluição das águas superficiais por compostos nitrogenados (amônia e nitrato), fósforo, bactérias e/ou vírus e outros nutrientes. Além disso, aplicações excessivas de dejetos no solo podem ser prejudiciais por provocarem a acumulação de nutrientes no solo (SEGANFREDO, 2000).

Esse problema torna-se mais dramático quando consideramos a enorme concentração espacial da atividade que ocorre em algumas regiões, como é o caso da região do Alto Uruguai Catarinense, onde se localiza uma das maiores populações de animais, principalmente de suínos e aves, por unidade de área do Brasil.

Assim, a suinocultura, que até pouco tempo atrás era considerada uma atividade bem sucedida, em virtude da grande capacidade de gerar renda e estabilidade para os agricultores, especialmente os pequenos, passou, mais recentemente, a ser considerada como a principal atividade degradadora do meio ambiente rural do estado de Santa Catarina (FRANCO; TAGLIARI, 1997).

A partir dessas constatações sobre o comprometimento dos recursos naturais, a sociedade tem adotado algumas medidas para fazer frente ao problema, basicamente apoiadas em medidas de regulação ambiental: exigência do licenciamento ambiental das granjas suícolas e incentivos à adoção de medidas tecnológicas que proporcionem o armazenamento dos dejetos para sua posterior utilização como fertilizante agrícola.

Como as medidas até então adotadas mostraram-se insuficientes para uma reversão do quadro de degradação ambiental, recentemente outro ator importante entrou em cena na questão ambiental da suinocultura; trata-se do Ministério Público, que, preocupado com a elevada incidência de denúncias de incidentes ambientais envolvendo a atividade, principalmente com mortandade de peixes, interveio na questão através da implementação de soluções negociadas entre os diferentes atores, ou seja, órgãos de licenciamento ambiental, suinocultores e agroindústrias. Do ponto de vista legal, a medida que permite a promoção desse acordo chama-se Termo de Ajustamento de Condutas (TAC), que consiste na admissão da responsabilidade das partes em relação ao problema e no comprometimento delas em relação à implementação de medidas para sua superação.

A partir da formalização do TAC da suinocultura, no ano de 2004, foi desenvolvido, por meio do Comitê Regional da Suinocultura da Região da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC), um trabalho de adequação ambiental da atividade suinícola que tem apresentado resultados altamente animadores e que merecem ser melhor conhecidos e reconhecidos no Brasil.

Breve histórico

A região do Alto Uruguai Catarinense, formada por dezesseis municípios, possui a maior concentração de suínos por unidade de área do Brasil (515 suínos por Km²). A região apresentava um quadro crítico de poluição de seus recursos hídricos, reconhecidos principalmente pelo vazamento de esterqueiras e a disposição inadequada dos dejetos suínos no solo. Em função disso, as Promotorias das Comarcas da Região do Alto Uruguai Catarinense recebiam, principalmente na década de noventa e início da presente década, inúmeras denúncias decorrentes da poluição ambiental causada pelo lançamento acidental ou não de dejetos nos rios. Além disso, constatava-se que grande parte das granjas de produção de suínos estava em desconformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente.

Diante desse quadro, restaram duas alternativas ao Ministério Público. A primeira, exigir a aplicação da legislação ambiental e sanitária vigente ao pé da letra, resolvendo em parte o problema ambiental, mas por outro lado provocando consequências sociais e econômicas desastrosas para a região. A segunda, buscar a solução do problema que envolvesse todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a responsabilidade de cada um, dentro de prazos, condições e critérios estabelecidos em comum acordo.

Foi baseada na segunda alternativa que o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, tendo como respaldo o Programa Água Limpa daquele Ministério, através da Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, propôs a elaboração de um Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas da atividade suinícola.

A proposta foi apresentada em audiência pública realizada no dia 31 de outubro de 2001, na Embrapa Suínos e Aves, em Concórdia, Santa Catarina, com a presença de representantes do governo do estado, prefeituras municipais da região, representantes das agroindústrias, suinocultores, instituições de pesquisa e ensino, entidades ambientalistas e o Consórcio Lambari¹. Tratava-se de um fato inédito, pois pela primeira vez na história da região, produtores, agroindústria e municípios aceitaram discutir o assunto abertamente com toda a comunidade.

Além disso, foi definido que o Consórcio Lambari se responsabilizaria pela coordenação das atividades visando à realização de um diagnóstico de todas as propriedades da região, haja vista a ausência de informações adequadas sobre a real situação das propriedades suinícolas frente à legislação ambiental e sanitária em vigor.

O primeiro passo para elaboração do Diagnóstico foi a aplicação do questionário Estudo das Propriedades Suinícolas/2002 em aproximadamente quatro mil propriedades, distribuídas nos dezesseis

1 O Consórcio Lambari é o nome fantasia do Consórcio Intermunicipal de Gestão Ambiental Participativa do Alto Uruguai Catarinense. Fundado em junho de 2001, é constituído sociedade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, de duração indeterminada, tendo como sede e foro o município de Concórdia-SC.

municípios da região do Alto Uruguai e de outros três municípios contíguos, totalizando 19 municípios², o que equivale a aproximadamente oitenta por cento das propriedades suínícolas existentes neste território, índice este que chegou a quase cem por cento nas propriedades que possuíam contrato de integração com as grandes agroindústrias.

O diagnóstico das propriedades suínícolas foi realizado através da aplicação de um questionário, pelo qual foram levantadas informações relacionadas ao sistema de produção empregado. Dentre essas questões, destacam-se: número de animais, quantidade de dejetos produzidos, sistemas de armazenamento e distribuição utilizados, área e culturas disponíveis para aplicação dos dejetos e localização das instalações em relação aos cursos d'água, divisas da propriedade e estradas, de forma a permitir comparar a situação das propriedades em relação ao que define a legislação sanitária e ambiental em vigor.

Em síntese o diagnóstico revelou que das 3.821 granjas levantadas, apenas 319 propriedades (8,3%) possuíam licenciamento ambiental. Em outras palavras, mais de 90% das granjas levantadas estavam operando sem o devido licenciamento. Além disso, entre as granjas não licenciadas, 78% apresentaram algum tipo de inadequação e os principais problemas eram a escassez de área para aplicação dos dejetos (64%), o *déficit* na capacidade de armazenagem dos dejetos (71%) e localização inadequada das instalações (71%), ou seja, a maior parte das propriedades apresentava dois ou mais fatores restritivos.

A partir do Diagnóstico foi possível estabelecer várias ações estratégicas, pois as informações tinham elevado índice de confiabilidade e demonstravam a situação da região em detalhe. Além disso, proporcionou uma estimativa dos recursos financeiros necessários para adequação ambiental das propriedades ao TAC e facilitou a negociação entre as partes para o financiamento da execução de algumas cláusulas do Termo.

² Os municípios onde o Comitê Regional da Suinocultura atua são os seguintes: Alto Bela Vista, Arabutã, Avoredo, Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara, Xavantina, Capinzal, Ouro e Lacerdópolis

Essa primeira fase do TAC, que se estendeu por um período de três anos, culminou com a sua assinatura definitiva na data de 29 de junho de 2004. No documento do TAC ficou estabelecido um conjunto de cláusulas para que as propriedades suínolas que não estivessem atendendo integralmente a legislação, mas que não representassem perigo iminente à saúde e ao meio ambiente, pudessem continuar operando, bem como ações e responsabilidades para todos os demais atores públicos e privados participantes diretos dessa atividade produtiva.

O Comitê Regional da Suinocultura - Região da Amauc

Uma das cláusulas proposta e aprovada pelo conjunto dos signatários do TAC dizia respeito à necessidade de criação do Comitê Regional da Suinocultura, envolvendo representantes dos diversos setores ligados direta ou indiretamente à cadeia produtiva da suinocultura, com as seguintes responsabilidades:

- propor e viabilizar medidas que assegurem o desenvolvimento sustentável da suinocultura na região de abrangência do Consórcio Lambari e aderentes, coordenando, auxiliando e monitorando a implantação das diversas ações e programas definidos no TAC;
- realizar estudos que permitam o aperfeiçoamento do processo de licenciamento ambiental; detalhar as informações quanto ao montante de recursos necessários à implementação das ações corretivas prevista no TAC;
- viabilizar linhas de financiamento compatível com a realidade da suinocultura regional;
- divulgar as ações do comitê, entre outras atribuições.

Para dar conta desses objetivos a estrutura organizacional do Comitê ficou composta por um Colegiado de Administração e por duas câmaras: Técnica Operacional e de Monitoramento e a Câmara de Educação Ambiental e Comunicação.

Desde então o Comitê, através das suas Câmaras e sob a orientação do Colegiado de Administração, realiza uma série de atividades. Estas ações têm permitido que o TAC da Suinocultura da Região da AMAUC/Consórcio Lambari seja reconhecido, inclusive pelo Ministério Público, como uma das mais importantes experiências de controle da poluição ambiental agropecuária do território catarinense.

As Ações da Câmara de Educação Ambiental e Comunicação

Diversos programas e ações visando à redução da poluição ambiental da suinocultura já haviam sido desenvolvidos na região do Alto Uruguai catarinense, mas os resultados obtidos revelaram-se limitados, principalmente devido aos seguintes aspectos:

- ausência de uma relação mais estreita entre os aspectos socioeconômicos da agricultura familiar e as questões ambientais;
- adoção de uma visão tecnicista da problemática ambiental da suinocultura;
- ausência de uma abordagem de educação ambiental mais adequada.

Preocupados em evitar que essas limitações continuassem ocorrendo no âmbito do TAC e acreditando que a dimensão educativa desempenha um papel estratégico na superação dos problemas ambientais, os membros da Câmara de Educação Ambiental e Comunicação, preocuparam-se em estabelecer um entendimento comum sobre o papel que a Câmara deveria desempenhar no conjunto das ações do TAC.

Nesse sentido, uma das primeiras providências foi procurar assegurar a participação dos diferentes signatários do Termo na Câmara, ou seja: agroindústrias, suinocultores, governos municipais, empresas de pesquisa e extensão e instituições de ensino. Depois de assegurada a representatividade da Câmara, tratou-se de estabelecer uma definição dos seus objetivos, haja vista que na redação do Termo as questões relacionadas ao aspecto educativo estavam redigidas de forma genérica, definindo apenas que os signatários deveriam desenvolver “programas de

educação ambiental para os produtores e comunidade em geral através da realização de eventos, tantos quantos necessários, para orientar os produtores de suínos sobre o contido no TAC; e, elaboração e divulgação de material educativo para o entendimento da problemática ambiental”.

Além disso, a Câmara preocupou-se em estabelecer um clima de diálogo e cooperação entre os signatários, pois no período de discussão do TAC explicitaram-se alguns conflitos, dos quais o mais evidente envolveu suinocultores e agroindústrias em torno da repartição dos custos de adequação ambiental das propriedades integradas e que, por muito pouco, não impediu a própria viabilização do Termo. Assim, o restabelecimento do clima de confiança era um aspecto fundamental para que se pudesse avançar nessa nova etapa.

Nesse contexto, a estratégia básica de atuação do Comitê foi a de realizar encontros de educação ambiental, que permitissem a expressão de todos os pontos de vista envolvidos na problemática do TAC, considerada esta uma condição para a promoção de um debate livre e democrático da temática, por todas as instâncias sociais nele representadas. Para tanto, o Comitê, após um processo de validação, adotou uma metodologia inovadora para realizar esses encontros, baseada na abordagem denominada de Abordagem Centrada na Pessoa³.

Por sua vez, a estratégia eleita, de atuar nos encontros diretamente com os produtores suínícolas, grupo nuclear da problemática, mostrou-se produtiva, considerando-se a intenção básica aqui referida. Tanto sob o aspecto quantitativo (mais de 2000 suinocultores participaram dos 17 encontros realizados no ano de 2005 e 2006 (chamados de Seminários de Educação Ambiental e Comunicação) quanto em termos qualitativos, os resultados foram muito satisfatórios e, até certo ponto, surpreendentes.

3 Essa abordagem fundamenta-se na concepção do relacionamento humano segundo a qual, sob determinadas condições – denominadas facilitadoras por Rogers (1997), o diálogo pleno, livre e desobstruído pode ser estabelecido num grupo social, oportunizando a autorregulação grupal e a emergência de processos criativos e de uma percepção mais ampla e complexa da realidade.

A diversidade de formação técnica, assegurada na composição do grupo facilitador dos encontros, foi decisiva para esse sucesso. A metodologia permitiu que o produtor pudesse esclarecer-se, tanto do ponto de vista estritamente técnico informativo, quanto sob o ângulo atitudinal, equacionando as suas incertezas, angústias e desconfianças, tanto quanto suas apostas no bom desenvolvimento das ações do TAC.

De outra parte, foi possível constatar o acerto da Câmara de Educação Ambiental na escolha da Abordagem Centrada na Pessoa como estratégia “de fundo” para o modo de relacionamento estabelecido nos encontros. Graças à aplicação de seus princípios foi possível estabelecer – em graus variáveis, para cada grupo – o clima favorável à explicitação dos principais aspectos que determinam o estado atual da questão ambiental ligada à suinocultura.

O *feedback* dado pelos produtores, pelos que atuaram como facilitadores, incluindo-se os membros da Câmara de Educação Ambiental e Comunicação foi, geralmente, muito positivo em relação à eficácia da Abordagem Centrada na Pessoa na concretização desse “clima” favorecedor da livre expressão e da discussão desobstruída dos problemas. Esta ação possibilitou que fossem rompidas algumas barreiras e preconceitos existentes em nosso meio e que tendem a considerar o produtor rural como alguém que “não fala” e tem “pouco conhecimento” dos problemas; dentre estes, especialmente aqueles considerados de natureza estritamente técnica. O que se revelou nos encontros, em função do estabelecimento de um clima propício à manifestação de todas as vozes, foi que o agricultor tem uma visão sócio-técnica que se mostra muito coerente e significativa quando dispõe de um canal de expressão adequado. Um resumo do resultado desse encontro está disponibilizado na publicação intitulada: A Experiência da Educação Ambiental no Âmbito do TAC da Suinocultura na Região da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (MIRANDA, et al. 2006).

A aprendizagem oportunizada a todos os que participaram desse processo trouxe também a perspectiva de que o fenômeno sobre o meio ambiente é mais complexo do que a princípio se supunha, ou seja, vai muito além da dimensão técnica e econômica do problema.

Também o grupo facilitador foi fortalecido, à medida que o processo se desenvolvia. A convivência pacífica das diferentes visões e sua elaboração, nos sucessivos encontros e reuniões da própria Câmara, ajudou para que se consolidasse um grupo unido e solidário, sempre presente, em sua quase totalidade, em todos os momentos educativos, o que pode ser comprovado pelo registro da frequência às reuniões.

Em que pese o grande esforço realizado pelo Comitê Regional da Suinocultura da Região Amauc, percebia-se que uma de suas lacunas estava relacionada à falta de uma estratégia de comunicação melhor estruturada e que pudesse aperfeiçoar o fluxo de informações entre o Comitê e os suinocultores, entre os membros do próprio Comitê e, principalmente, entre o Comitê com o restante da sociedade interessada nesse processo.

Assim, no ano de 2008, por meio de iniciativa liderada pela Área de Comunicação da Embrapa Suínos e Aves, foi desenvolvido um projeto de comunicação que incrementa a circulação de informações sobre a relação entre a suinocultura e o meio ambiente, no qual as atividades realizadas no âmbito do Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas da Suinocultura (TAC) constituem o seu carro chefe.

Outro aspecto a ser destacado na atuação da Câmara de Educação Ambiental e Comunicação diz respeito à organização da Cartilha do TAC, com uma tiragem de 3.000 exemplares, a qual foi disponibilizada a todos os agricultores que aderiram ao TAC e elaborada com base nas perguntas levantadas durante os dezessete encontros de educação ambiental que ocorreram nos municípios da região.

Ainda no ano de 2009 foi realizado um dia de campo para os produtores que aderiram ao TAC e contou com a participação de aproximadamente mil suinocultores, recebendo uma aprovação positiva de 90% do público participante.

As ações da câmara técnica operacional e de monitoramento

O esforço da Câmara Técnica Operacional e de Monitoramento no primeiro momento foi dirigido no sentido de assegurar a representatividade dos diferentes atores envolvidos em sua composição, bem como em proporcionar uma interpretação mais homogênea das diferentes cláusulas contidas no TAC.

Ainda, a Câmara Técnica Operacional e de Monitoramento concentrou-se na realização de visitas às propriedades com licenças indeferidas pela Fundação de Meio Ambiente (FATMA). Foram realizadas cerca de 120 visitas. Para tanto, constituíram-se pequenas equipes de trabalho com o objetivo de avaliar a situação *in loco*. Ao retornar dessas visitas, quase sempre em outra data, discutia-se a situação verificada e, por unanimidade, elaborava-se um parecer técnico ao Comitê Administrativo para que este desse sequência ao processo.

Outra ação importante dessa Câmara tem sido com a Câmara de Educação Ambiental e Comunicação na organização dos Seminários de Avaliação do TAC. O primeiro aconteceu em novembro de 2005 e os demais nos anos de 2006, 2007 e 2009. As realizações desses seminários possibilitaram, entre outras coisas, que se clareassem pontos considerados obscuros, tais como o uso dos bebedouros ecológicos, esterqueiras em Área de Preservação Permanente (APP) bem como permitiram um adequado acompanhamento das atividades do TAC e as eventuais correções de rumo que se faziam necessárias⁴.

⁴ No ano de 2008 não foi realizado o Seminário de Avaliação, haja vista que se estava rediscutindo as cláusulas para a elaboração de uma nova fase do TAC.

Assim, em cada edição do Seminário de Avaliação eram tiradas proposições com o objetivo de se aperfeiçoar o processo de implantação das melhorias ambientais que se faziam necessárias no âmbito do TAC.

No Seminário do ano de 2005, uma das proposições apontou a necessidade de se realizar um monitoramento ambiental, tendo a água como principal recurso a ser avaliado. Ainda, se recomendava que na medida do possível essa avaliação se estendesse também para os aspectos econômicos e sociais relacionados ao TAC.

Em função dessa demanda, no mês de novembro de 2006, os municípios signatários foram convidados para participar de uma reunião na qual foi apresentada uma proposta de formação de uma rede de monitoramento participativo da qualidade das águas superficiais na região do Termo. Para o desenvolvimento desta ação foram aprovados dois projetos a fim de se dispor do suporte financeiro necessário. O primeiro aprovado em agosto de 2006 junto a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) no âmbito de seus Macroprogramas de Pesquisa no valor de R\$ 67.937,00. Outro junto a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC) no valor de R\$ 37.539,84. Ainda para a ação específica de desenvolvimento da rede, a empresa Alfakit disponibilizou 20 minilaboratórios portáteis, denominados de Ecokits, que foram direcionados para trabalhos relacionados ao controle da qualidade da água e educação ambiental.

Após esta primeira reunião, 15 municípios aceitaram o convite para participar da rede. Dessa forma cada município formou o seu grupo de trabalho com a função de coletar e analisar a água dos rios mais afetados pela atividade suinícola.

Desde então essa rede tem realizado diversos encontros para avaliar os resultados do monitoramento e trocar informações sobre os êxitos e dificuldades existentes no desenvolvimento desse projeto. Também a mesma conta com um boletim eletrônico, com periodicidade mensal denominado H₂O que publica assuntos de interesse da rede vinculada ao

TAC.

Além disso, no ano de 2009, O Comitê Regional da Suinocultura em parceria com a Embrapa Suínos e Aves promoveu um curso de Gestores Ambientais do TAC da Suinocultura. O curso teve 60 horas de duração e capacitou 35 participantes em aspectos relacionados ao uso racional da água na suinocultura, recomposição das áreas ciliares e uso correto dos dejetos como fertilizante do solo.

Resultados

Os resultados obtidos pela ação do Comitê Regional da Suinocultura nesta primeira fase de implantação do TAC são inúmeros, estando entre os mais evidentes os seguintes:

- Licenciamento ambiental de aproximadamente 1.300 propriedades através do TAC e de igual número através de licenças normais.
- As agroindústrias integradoras só podem abater suínos vindos de propriedades com licença ambiental.
- Adequação dos sistemas de armazenagem de dejetos em 100% das propriedades licenciadas.
- Recomposição de 200 hectares de mata ciliar.
- Totalidade das propriedades licenciadas com sistema de compostagem para animais mortos construído de forma adequada.
- Redução de cerca de 10% do desperdício da água nas propriedades, graças à troca de bebedouros, redução de vazamentos, cobertura de calhas e outros.

Somando-se a isso a atuação do Comitê Regional da Suinocultura (AMAUC) assegurou ganhos importantes na dimensão social e educativa, entre as quais se podem citar:

- a concentração de esforços na busca de soluções comuns, corresponsabilizando produtores, agroindústrias, governo estadual e municipal, entidades civis, enfim todos os principais envolvidos com a

- questão ambiental da suinocultura;
- realização de reuniões abrangendo todos os municípios signatários e mais de 2.000 suinocultores;
 - a produção de uma cartilha educativa, elaborada a partir de questionamentos levantados pelos próprios suinocultores;
 - estabelecimento de redes de monitoramento e avaliação socioambientais, que, além da mobilização local, têm gerado informações importantes para avaliação do TAC;
 - a criação de uma rede de comunicação sobre suinocultura e o meio ambiente que tem nas ações do Comitê Regional da Suinocultura a sua base;
 - a internalização do assunto suinocultura e meio ambiente em diversos segmentos da sociedade regional;
 - formação de 35 gestores ambientais com a missão de apoiar as ações do Comitê relacionadas à melhoria ambiental da atividade suinícola;
 - realização de dois dias de campo sobre o tema suinocultura e meio ambiente com a participação de mil produtores, ou seja, a quase totalidade dos suinocultores da região que ainda permaneciam licenciados sob o amparo legal do TAC;
 - estruturação de um programa de gestão ambiental da atividade para o período 2009-2011 que, além de assegurar as conquistas já obtidas pelo Comitê Regional da Suinocultura, irá avançar em aspectos ainda deficitários, como é o caso da melhoria dos critérios técnicos para aplicação dos dejetos como fertilizante.

Em síntese, a atuação do Comitê Regional da Suinocultura da região AMAUC tem sido exitosa ao conseguir cumprir com responsabilidade e determinação o seu objetivo central que é o de assegurar a melhoria da qualidade ambiental e a permanência do homem no campo. Tratando-se de um dos casos mais exemplares do êxito da integração de esforços para a superação de um importante problema ambiental, sucesso esse que foi reconhecido recentemente pela obtenção do Prêmio Expressão Ecologia do ano 2009 pelo trabalho de adequação ambiental da atividade suinícola na categoria atividade agropecuária.



Foto: Acervo Embrapa Suínos e Aves

Figura 1. Visita realizada a propriedade, por ocasião do curso para gestores ambientais do TAC



Foto: Acervo Embrapa Suínos e Aves

Figura 2. Melhorias realizadas nas propriedades aderentes ao TAC

Referências

FRANCO, H. M.; TAGLIARI, P. Santa Catarina prepara-se para enfrentar seu maior problema ambiental. Revista Agropecuária Catarinense. Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 14-18, jun.1994.

MIRANDA, C. R. de; OLIVEIRA, E. de; BONEZ, G. A experiência da educação ambiental no âmbito do TAC da suinocultura na região da associação dos municípios do Alto Uruguai Catarinense. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2006. 5 p. (Embrapa Suínos e Aves. Comunicado Técnico, 453).

ROGERS, C. Tornar-se pessoa. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SEGANFREDO, M. A. Análise dos riscos de poluição do ambiente, quando se usa dejetos de suínos como adubo do solo. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2000. 3 p. (Embrapa Suínos e Aves. Comunicado Técnico, 268).

TESTA, V. M.; NADAL, R. de; MIOR, L. C.; BALDISSERA, I. T.; CORTINA, N. O desenvolvimento sustentável do Oeste catarinense: proposta para a discussão. Florianópolis: CPPP/EPAGRI, 1996. 246 p.